

Audição da Comissão Independente para a Descentralização

Um despacho do presidente da Assembleia da República designa como membros da comissão, ouvidos os grupos parlamentares, João Cravinho (que coordena), João Manuel Machado Ferrão, António Fontainhas Fernandes, Alberto João Jardim, Adriano Lopes Gomes Pimpão, Helena Pinto e António Carmona Rodrigues

Nota de intervenção de António Barreto

Introdução

A designação da Comissão e a agenda desta reunião referem em primeiro lugar a Descentralização. Questão menos ampla será a da Regionalização. Com efeito, esta poderá, ou não, ser um instrumento de descentralização. Como entendo que a Descentralização é tema mais pacífico e menos controverso, optei por testemunhar sobretudo sobre a Regionalização.

Menos controverso não quer dizer fácil e simples. Na verdade, mau grado a pressão política e o acordo quase geral, a descentralização avançou muito pouco nestes 45 anos de democracia.

E é curioso notar que praticamente todos os partidos defenderam a descentralização nos seus programas, mas, no Governo ou no Parlamento, poucos esforços fizeram para que tal se concretizasse com mais eficácia. Muito do que os próprios partidos reclamam, assim como os autarcas, os agentes económicos e simplesmente os cidadãos, já poderia há décadas ter sido concretizado, caso houvesse mais empenho prático e real nas medidas de descentralização. Fica-se com a impressão de que a promessa de descentralização é uma profissão de fé necessária, mas cujo cumprimento pode ser eternamente adiado.

Ainda hoje, temos grandes dificuldades, não com os conceitos nem os programas, mas com as realizações concretas. Um elevado número de autarcas não quer que se alargue muito na descentralização ou não quer receber competências. Ou não as quer, simplesmente, ou não as quer sem a transferência de elevados meios técnicos e financeiros.

Pensando que o tema da descentralização é menos controverso, prefiro testemunhar a propósito da regionalização. Esta pode ser um instrumento de descentralização, ou não.

Verdade é que a região é, para muitos, o dispositivo essencial de descentralização ou o seu principal beneficiário. Talvez não devesse dizer beneficiário, talvez instrumento ou veículo. Tenho para mim que a descentralização deveria ter como objecto e sujeitos principais as autarquias, designadamente as câmaras municipais, eventualmente as freguesias, assim como as instituições públicas e semi-públicas próprias da administração periférica e da administração indirecta do Estado, como, por exemplo, as fundações, as universidades, os institutos politécnicos, os hospitais, as administrações portuárias, as organizações de regulação, as comissões das regiões demarcadas de produção vinícola, museus e monumentos nacionais, etc.

Regionalização

Com excepção dos Açores e da Madeira, não creio que haja em Portugal **nenhuma realidade regional** que se imponha geográfica, histórica e culturalmente, como quadro de referência institucional e como elemento de organização social e administrativa.

Um estudo da cartografia portuguesa dos últimos dois séculos é revelador. As divisões administrativas e regionais em distritos ou províncias foram as mais variadas. Nos escritórios, nas assembleias e nos laboratórios fizeram-se e desfizeram-se regiões e entidades regionais a bel-prazer. A região Douro, por exemplo, já teve uma dúzia de configurações, limites, perímetros e designações diferentes, já incluiu o vale do rio, a bacia hidrográfica, o Minho, Trás-os-Montes, parte da Beira alta ou da Beira interior, o Douro litoral, só o Alto Douro, com e sem Trás-os-Montes, até a Beira Litoral esteve incluída na região Douro! Esta história cartográfica define bem o espírito que presidiu às definições e aos recortes: a necessidade administrativa imediata, a conveniência social ou a estratégia política.

A identidade regional é um factor forte e de excepcional importância para a definição de regiões e para a sustentação de autonomias.

Ora, a identidade regional não é, definitivamente não é o critério mais importante das definições das políticas e das propostas recentes e actuais para a regionalização. Se fosse, seria em grande parte indiscutível e não teríamos assistido a esta variabilidade de perímetros e fronteiras. Na verdade, a identidade regional não é considerada critério ou factor favorável nas últimas propostas de regionalização, simplesmente porque essa identidade não existe ou é contrária às intenções de possíveis legisladores. A hipotética demarcação de uma região Norte e outra Centro é reveladora da ausência de preocupação com a identidade regional. A longitude e a latitude tiveram bem mais importância.

Entre as propostas feitas nos últimos trinta anos, foram já referidas as hipóteses de cinco, seis e sete regiões, o que é significativo. Já foram referidas várias fronteiras possíveis e várias capitais hipotéticas. Já se mencionaram múltiplas designações para essas regiões, incluindo algumas de valor regionalista e cultural, como Alentejo ou Algarve, mas também outras sem qualquer ressonância histórica ou geográfica, como Centro, Sul, Norte ou Vale do Tejo.

Sabe-se que a **administração de um país depende de convenções**, de oportunidades e de conjunturas. Também as actuais propostas de regionalização (hipotéticas, dado que não se conhecem propostas oficiais desde há vinte ou trinta anos) obedecem a esse critério de

convenção e de oportunidade. Basta pensar, por exemplo, que Portugal já esteve dividido em 300, 400 ou até perto de 800 concelhos, para se perceber que a convenção é muitas vezes o principal critério. Recentemente, foi também graças às convenções e às decisões administrativas de oportunidade que o número de freguesias foi diminuído em mais de um milhar delas (passando de cerca de 4 200 para pouco mais de 3 000). Poderíamos assim aceitar sem receios que uma nova convenção política e administrativa dividisse agora o país em cinco regiões (ou quatro ou seis ou sete...). Seria mais uma divisão. Mais uma convenção.

Não creio todavia que a solução da mera convenção, sem **recurso a uma identidade regional**, nem a um movimento social de afirmação, seja a melhor solução. As sociedades evoluíram, já não vivem apenas à sombra de poderes esclarecidos e administrativos. Os cidadãos querem algo mais do que ser simplesmente objectos submissos. As velhas dependências dos aristocratas, da igreja, dos senhores, dos poderosos e dos militares foram perdendo valor, foram sendo compensadas ou ponderadas por novas realidades espirituais, culturais e políticas. Não é fácil pensar hoje na criação de regiões ou de qualquer outra entidade administrativa e política sem que tal seja o resultado de trabalho, de reflexão, de **vontades expressas**, de ânsias culturais e sobretudo de identidade. Criar hoje regiões de régua e esquadro, como em tempos se fazia em Berlim, em Londres ou em Paris, mas com consequências em África e na Ásia, parece hoje bem absurdo e não pode ou não deve ser considerado como mera convenção de oportunidade, muito menos como dispositivo burocrático ou tecnocrático. Hoje, a vontade dos cidadãos é essencial. Mais do que isso ainda, a identidade histórica e o reconhecimento cultural e social são indispensáveis. Poder-se-á em Portugal construir gradualmente a decisão sem os cidadãos? Talvez. É possível. Uma vez, em referendo, os cidadãos disseram não, poderão sempre voltar a dizer ou mesmo mudar e agora dizer sim. Mas, como é evidente, tal expediente (que tem sempre também outros critérios políticos, partidários e conjunturais...) resolve o problema do processo de decisão, mas não resolve o do seu conteúdo, do seu valor e da sua profundidade. Não resolve, em particular, o problema polémico e conflituoso dos limites e das fronteiras das regiões.

A identidade regional não é uma criação tecnocrática e burocrática, um amontoado de indicadores e estatísticas, nem um arranjo administrativo de conveniência. É uma realidade histórica, geográfica e cultural (por vezes até com ressonâncias, linguísticas, religiosas e políticas).

A criação artificial de regiões às quais se cometem oficiosamente funções políticas, culturais, sociais e económicas, na esperança de estas virem a criar um fundamento regional

identitário, é a meu ver errada e perigosa. Se o grande objectivo for o da descentralização, cuja necessidade é frequentemente invocada, então descentralize-se! Mas não vale a pena regionalizar!

No domínio da descentralização, há enormes tarefas possíveis e necessárias na educação, na segurança, na saúde, no património, na economia, nos transportes, na agricultura e em tantos outros e mais domínios!

Num país como o nosso, com a sua dimensão territorial e com a sua dimensão demográfica, é artificial a criação de instâncias políticas de coordenação dos vários esforços de descentralização.

Quanto mais forte for o envolvimento de decisões políticas ou de representação política, maiores serão os perigos de criação de conflitos desnecessários e de competição entre instâncias igualmente legitimadas pelo voto. É sabido que uma grande parte dos defensores de propostas para a regionalização advoga a participação de eleitos (directa ou indirectamente) em instâncias decisórias ou consultivas dos órgãos regionais. Dada a ausência de identidades regionais e de movimento social favorável a tais projectos, o contencioso entre legitimidades partidárias é fonte de perturbação inútil.

Os grandes patamares de organização humana e políticas actuais

É possível enumerar os cinco grandes patamares de organização humana e social na administração do território e das comunidades humanas: a Globalização, a Federação, a Identidade nacional, a Regionalização e a Autarquia local. Por outras palavras: o mundo, a União Europeia, o Estado nacional, a Região e a Câmara municipal ou a freguesia.

São estes cinco níveis com os quais devemos contar. Isto, com o objectivo de analisar cinco grandes funções das sociedades, das suas organizações colectivas e dos seus valores: a democracia, a justiça, a segurança, a solidariedade e a autonomia.

Nestas cinco funções, a identidade nacional sobrepõe-se a todas as outras instâncias ou todos os outros níveis, ao cosmopolitismo, à União e à globalização, como quadro político e como referência. Tal como se sobrepõe à região e à autarquia local.

Os quadros que me garantem mais eficácia relativamente às cinco funções referidas são os do nível nacional, os da identidade nacional, os do Estado nacional.

Em Portugal, o princípio da identidade nacional é de longe o mais forte e mais sentido como factor de democracia, de justiça, de segurança, de solidariedade e de autonomia. Não consigo descortinar princípios importantes relativamente aos quais a regionalização dê garantias de superioridade. Proximidade? Descentralização? Protecção civil? Crescimento económico? Desenvolvimento? Genuinidade local? Ambiente? Talvez, não é seguro, mas talvez. De qualquer maneira, os cinco princípios que referi antes parecem-me de valor superior. Mas, para cada uma destas funções ou cada um destes princípios, não é fácil situar as responsabilidades mais adequadas. Tanto poderemos pensar na região, como no município, ou até na Europa. Mas é evidente que tenho dúvidas que o Estado central seja ainda hoje a entidade ou o patamar mais adequado ao desenvolvimento económico.

Mesmo em países com identidades regionais muito fortes (Espanha, Itália, França, Alemanha...) o quadro nacional ainda parece hoje mais adequado às funções de Justiça, segurança, democracia, autonomia e solidariedade.

Em Portugal, o movimento concertado (em tenaz...) de globalização europeia e mundial e de fragmentação regionalista pode ser ameaçador para as cinco funções de Estado acima referidas.

A reorganização do país, do Estado e da sociedade em dois patamares primordiais, o global europeu e o local regional, parece desadequada e perigosa para as cinco funções referidas. A globalização é muito criativa, mas também muito destruidora. As identidades nacionais são talvez os seus mais imediatos alvos... A tradição das forças de globalização e dos protagonistas da integração europeia é a de contrariar sobretudo o Estado nacional com entidade de referência e enquadramento, ao mesmo tempo que promove a entidade regional como referência de substituição.

Uma questão primordial é a da âncora da democracia. Por outras palavras, a democracia tem uma geografia. A democracia como princípio, como doutrina e como regime político não se compreende sem uma geografia, sem um território, sem os limites espaciais a que correspondem as regras democráticas em vigor. Ora, a geografia dos direitos e das liberdades individuais e colectivos é a do Estado nacional. A geografia da democracia é a do Estado nacional. É difícil imaginar as instâncias locais ou supranacionais à altura da defesa e da manutenção da democracia e das liberdades. Como é difícil idealizar instâncias locais ou federais capazes de garantir a Justiça.

Os perigos do regresso dos nacionalismos e de outras formas extremistas, populistas ou não, de esquerda ou de direita, com invocação da soberania, resultam em grande parte da perda de atenção prestada à identidade nacional. Dá vontade de inventar um aforismo: enxota a nação, ela regressa a galope! (Horacio e Destouches: « Chassez le naturel, il revient au galop »). Verdade é que o excesso de Europa e o combate ao Estado nacional trouxeram de regresso a nação.

Descentralização

Quanto à descentralização, sem doutrina excessiva, sem fundamentos políticos de profundo significado, é programa essencial de política pública e administrativa. A diligência, a simplicidade dos procedimentos, o conhecimento directo de situações, a resolução concreta de problemas e a prontidão no atendimento dos cidadãos ficariam a ganhar com medidas ousadas de descentralização, para as quais não são necessárias reformas políticas fundamentais.

Quase todos os serviços administrativos podem ser objecto de descentralização: identificação e registos, educação, saúde, protecção civil, segurança social, polícias, licenciamentos para habitação e actividades económicas, etc. Um fim de procedimentos, registos e autorizações que podem perfeitamente ser descentralizados e para os quais não se vê necessidade de regionalizar para dar unidade ou articulação. Foi aliás a regionalização um pretexto que adiou a descentralização. A ideia de que muitas actividades e muitos procedimentos administrativos não podem ser descentralizados, sem antes se estabelecer “um quadro regional de articulação e coordenação”, serviu para procrastinar a descentralização.

Não creio haver uma relação necessária entre descentralização e regionalização. Em boa teoria, pode haver perfeitamente descentralização sem regionalizar.

Os municípios podem aproveitar muito mais de um processo de descentralização do que da criação de regiões fortes.

A descentralização não cria novos problemas políticos, enquanto a regionalização pode fazê-lo. Será sempre muito difícil iniciar um processo de regionalização e evitar que alguns ou muitos queiram sempre fazer evoluir os processos. É difícil e arriscado pensar que se pode estabilizar um processo de regionalização.

Problema interessante e de difícil resolução é a participação dos municípios e dos eleitores nos processos de decisão sobre a descentralização (e de regionalização, já agora). Vai ser difícil, se não impossível, mantê-los afastados desse processo. Afastados ou submissos. O debate regional que dura há três ou quatro décadas (e que incluiu a certa altura uma consulta referendária) não poderá ser terminado ou encerrado com uma decisão governamental ou parlamentar, supostamente no compromisso da Constituição, sem recurso a novo referendo,

seja para as decisões de criação (uma ou várias de cada vez?), seja para a definição de natureza e funções, seja finalmente para a parte mais sensível, a da delimitação de regiões. As populações sentirão seguramente que haverá ilegitimidade num processo que já foi aberto e que agora se fecharia.

Igualmente difícil será o problema da reacção dos municípios aos processos de descentralização, com ou sem regionalização. Nem todos estão dispostos ou disponíveis para os mesmos processos de descentralização. Uns pedirão mais competências do que o governo e o Parlamento querem transferir. Outros quererão menos. Outros não quererão algumas. Outros só aceitarão com transferências avultadas de recursos financeiros. Creio que devemos ficar abertos à hipótese de haver vários tipos de municípios, conforme a dimensão, conforme os meios e conforme as competências que aceitam receber e desempenhar.

António Barreto, 12 de Maio de 2019

Anexos

Mitos, ideias feitas e certezas

- Em 200 anos, já tivemos pelo menos oito tentativas de desenho regional, autárquico e local, com ou sem afirmação de novas de novas entidades. Só duas dessas entidades duraram esse tempo e se mantêm hoje: o Estado central e os municípios (estes, no conceito, não no número...). Fora isso, não há “naturalidade” nem continuidade histórica nas divisões regionais portuguesas. Uma cartografia de dois séculos mostrará com nitidez as múltiplas tentativas e a variedade dos respectivos desenhos.
- Desenvolvimento económico como critério de regionalização está por provar. Não é verdade que a regionalização é frequentemente ou geralmente uma reivindicação das regiões mais desfavorecidas que pretendem adquirir meios de desenvolvimento ou competências adequadas a um mais acelerado processo de desenvolvimento. As regiões mais favorecidas podem justamente querer ficar separadas das regiões menos desenvolvidas, porque assim não têm de pagar os custos da solidariedade. Há “regionalismo de ricos” como há “regionalismo de pobres”.
- O mito da regionalização como meio de desenvolvimento do interior e de fixação da população. O mapa das regiões pobres ou subdesenvolvidas na Europa, com raríssimas exceções, é hoje o mesmo de há décadas, mesmo com regionalização, mesmo com autonomias (Itália, Espanha, Grécia, França...). Talvez Açores e Madeira sejam exceção.
- Se a regionalização for um meio privilegiado de desenvolvimento, então não se compreende que uma Região Norte junte o Douro litoral desenvolvido a Trás-os-Montes e Alto Douro subdesenvolvido! Nem a Região Centro, com a junção da Beira litoral à Beira alta ou Beira interior.
- Está por provar que as autónomas são trunfos para lutar contra a desigualdade e para reforçar a coesão. As regiões mais ricas, muitas vezes, desejam a autonomia, a separação e até a independência justamente para não ter de pagar o ónus da solidariedade. As “regiões” do Norte de Itália e da Catalunha são disso exemplo.

Entendem os separatistas “ricos” que quanto mais ficarem “presos” ao Estado central, mais obrigados ficam a sustentar a desigualdade ou o subdesenvolvimento dos outros. Os casos das Regiões autónomas da Madeira e dos Açores poderão talvez ilustrar uma história diferente. Por várias razões, o processo de regionalização e de desenvolvimento da autonomia correu bem, contribuiu para as duas regiões terem ultrapassado algumas das regiões continentais nos principais indicadores económicos. Nesse sentido, foram um contributo para a redução da desigualdade entre regiões. Já não é seguro que a desigualdade interna nessas regiões tenha diminuído.

- O processo de desenvolvimento e de criação das autonomias regionais da Madeira e dos Açores não pode ser “clonado”, nem sequer invocado para justificar processos afins no continente. Os processos históricos, sociais, culturais e políticos que fundaram e fundamentaram as autonomias insulares são específicos e irreproduzíveis. Já não falando, evidentemente, da questão geográfica, cuja importância, talvez por excessiva, aparece sempre subalternizada.
- Mais empregos de Estado? Mais funcionários públicos? Mais despesa de Estado? Creio que sim aos três quesitos. Mas, realmente, não sabemos. Depende das opções políticas de cada momento e das circunstâncias. Mais uma vez: creio que sim, que assistiríamos a um crescimento muito significativo de despesa e de funcionários, mas não sabemos exactamente com rigor.
- A regionalização é sempre a retirada de funções ao Estado central. É sempre uma transferência de poderes e competências do Estado central para o nível regional. Mas também pode ser apenas o acrescento de mais um nível de decisão e de competências. E também pode ser uma transferência de poderes e competências municipais para o nível regional. A regionalização não é “neutra” do ponto de vista dos poderes. A região retira poderes a alguém (Estado central ou município). A descentralização também não é “neutra” desse ponto de vista. As dificuldades que têm conhecido os processos de descentralização têm muitas vezes origem nesse facto que pode ficar “oculto” por motivos de decoro ou pudor político: há quem não queira perder poder e competências.

- Os municípios podem bem, se quiserem, a médio e longo prazo, ajustar novas capacidades de cooperação local, autárquica e regional. Talvez e se quiserem. De baixo para cima, das bases para o topo. É isso a liberdade. Se não quiserem, não haverá. Se é necessário um mediador, então é porque algo está errado. A regionalização de cima para baixo, do topo para as bases, é sobretudo gesto de administração. É arranjo técnico. Não é reforma política e social essencial.
- Ao contrário de outras épocas, não parece haver hoje movimento ou pressão para a regionalização. Nem por parte de populações, nem com origem em instituições, empresas ou organizações. Ainda há pressão pela descentralização (por exemplo as empresas económicas, as instituições universitárias e culturais, as organizações de saúde, etc.), mas muito menos pela regionalização. O que faz com que seja indispensável reflectir na oportunidade de um debate.

O interior

É para o interior que se dirigem as atenções dos governantes e autarcas, sobretudo candidatos. Pensam que prometer mundos e fundos ao interior dá votos e aquece os corações. É muito provavelmente mentira. Estranha-se a facilidade com que um candidato, em princípio com estudos feitos, é capaz de afirmar que tem políticas para “fixar as populações”, uma das mais odiosas expressões utilizadas correntemente, só comparável àquela outra que diz que as pessoas devem “criar raízes onde nasceram”, baixo pensamento de que só urbanos são capazes.

No discurso político, mas também académico, o termo mais dramático é o da desertificação. O que não é justo. Na verdade, esta expressão traduz outro fenómeno, mais radical, mais climatérico e geográfico. Desertificação é o processo pelo qual regiões perdem fertilidade, recursos, água e, com a aridez, os solos transformam-se em desertos, para ser mais directo. Aquilo de que se deveria falar, a propósito do interior, é de despovoamento: êxodo da população e declínio da demografia.

O despovoamento está ligado a múltiplos fenómenos. Por exemplo, o esgotamento de recursos naturais, o declínio demográfico, a mudança de padrões económicos e a decadência da indústria ou da agricultura. São muitas as razões que levam ao despovoamento, umas boas, outras más! Entre as boas, a procura de melhores empregos, de mais cultura, de ensino superior e de novas actividades noutras paragens. Numa palavra, a procura de oportunidades.

Há, no entanto, entre as causas de declínio do “interior”, uma que deve ser analisada: o empobrecimento institucional das regiões e a destruição deliberada de serviços públicos. Forças Armadas, polícias, escolas, centros de saúde, hospitais, maternidades, centros de lazer e cultura, serviços e extensões ministeriais, bancos e agências bancárias, agentes de seguros, repartições da segurança social, correios, serviços das contribuições e impostos, das estradas, da urbanização e das obras públicas, serviços de transporte (comboios, autocarros...) e apoio aos doentes, idosos e crianças. É longa a lista.

O Estado, furtivamente, caso a caso, tem vindo a despovoar largas zonas do país. Muitas vezes com a colaboração, o silêncio ou a impotência das autarquias. É este desmantelamento que é condenável. O Estado não faz avaliação de conjunto. Os partidos também não. Estes apenas se preocupam, de vez em quando, com a regionalização, na

convicção, de uns, de que essa é receita de salvação, e de outros, que essa é uma solução diabólica.

Ora, cada município merece análise de conjunto. Uma região ou um conjunto de municípios vizinhos podem debruçar-se sobre o mesmo problema e, caso a caso, encontrar soluções adequadas, um concelho fica com o hospital, outro com as obras públicas, tudo depende das áreas e das distâncias.

Uma coisa é certa: há serviços e instituições que existem para servir o povo, para manter vivas localidades, para ajudar a atrair emprego, para reforçar a coesão social e para manter a vida, não para dar lucro e ser rentável. Fechar comboios, encerrar os correios, fechar maternidades, terminar escolas, liquidar serviços aos idosos, descontinuar serviços da administração e desmantelar regimentos, cada uma destas decisões pode ter alguma justificação, desde que ponderada e debatida. Por junto, é a matança institucional sem justificação decente.

São as duas políticas contraditórias. O que faz a mão direita, a esquerda não sabe! Por um lado, o Estado não cessa de inventar ajudas e apoios: impostos, taxas, favores, subsídios, investimentos, auto-estradas, subsídios à interioridade e à insularidade, apoio aos preços da energia, da água e dos telefones, é um nunca mais acabar de benesses.

Por outro lado, liquidam-se empregos, empresas, tribunais, serviços administrativos, serviços públicos, escolas, maternidades, freguesias, correios, agências bancárias, regimentos, esquadras de polícia e da guarda, serviços e guardas florestais, guarda-rios e serviços veterinários.

Os apoios e as ajudas são excelentes, mas pouco conseguem, como se tem visto. Até porque são contrariados pela destruição sistemática do tecido e da coesão institucional. É verdade que onde não há crianças não há escolas. Onde não há mães não há maternidades. Onde não há doentes não há hospital. Mas será mesmo assim? Não será mais verdade que, onde não há instituições, onde não há correios, onde não há empresas, onde não há serviços, onde não há escolas, não há pessoas?

Percebe-se que os quartéis de fronteira tinham como principal missão a de olhar para os adversários de terra, para Espanha! E consta que a Espanha já não é nossa eterna inimiga,

antes pelo contrário. Mesmo assim, os quartéis estavam lá, como podiam estar em qualquer outro sítio e eram factores de coesão, de animação, de casamento, de natalidade e de comércio.

Um regimento não é um problema. Caso a caso, uma escola, um banco ou uma estação de correios, percebe-se sempre. Adicionados casos uns aos outros, não se percebe. Ou antes: não há uma visão de conjunto, não há plano, faltam autarquias não obedientes ao poder central, ao partido e ao governo.

Uma coisa é certa: não faz qualquer espécie de sentido os poderes públicos provocarem e depois subsidiarem a interioridade! E pior do que tudo é a concepção de que as instituições têm de ser rentáveis. Uma escola? Um correio? Um centro de saúde? Um lar de idosos? Deve ser isso a que chamam sustentabilidade.

AB, 12 de Maio de 2019